

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria

AS MUDANÇAS DAS NORMAS CONTÁBEIS E O IMPACTO DO IFRS

Gislane Leal

Belo Horizonte
2009

Gislane Leal

AS MUDANÇAS DAS NORMAS CONTÁBEIS E O IMPACTO DO IFRS

Trabalho interdisciplinar apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial de avaliação nas disciplinas:

- Contabilidade Avançada

Professores Orientadores:
Marcio Antonio de Souza

**Belo Horizonte
2009**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa dos Países que Adotaram o IFRS.....	07
---------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IASB - International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade)

IFRS - International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Informações Financeiras)

IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee (Comitê de Interpretações de Informações Financeiras do IASB)

IAS - International Accounting Standard (Normas de Contabilidade Internacional emitidas pelo IASC)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Objetivo Geral.....	6
1.2 Objetivos Específicos.....	7
1.3 Problemática.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 O impacto das normas internacionais de contabilidade.....	8
2.2 Conversão das demonstrações contábeis.....	9
2.2.1 Os métodos de conversão.....	10
2.2.2 Taxas de conversão.....	12
2.3 As demonstrações financeiras conforme as normas internacionais de contabilidade.....	13
2.3.1 A conversão de saldos em moeda estrangeira da Gerdau S.A.....	14
2.3.2 Interpretações de normas adotadas pela Gerdau.....	15
2.3.3 Normas e interpretações de normas vigentes e adotadas pela Gerdau....	17
2.3.4 Normas e interpretações de normas ainda não vigentes e adotadas pela Gerdau.....	19
2.4 Vantagens e dificuldades encontradas na contabilidade com o novo cenário internacional – O IFRS na contabilidade.....	30
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Devido ao crescimento de grupos econômicos em todos os países a globalização trouxe um impacto no âmbito empresarial, as entidades governamentais passaram por transformações econômicas e políticas de interesses mundiais.

A contabilidade tem a responsabilidade e necessidade de evidenciar suas demonstrações contábeis e conversões financeiras de forma clara e objetiva para o entendimento, compreensão e confiabilidade maior das informações, mostrando assim a realidade empresarial aos usuários e gestores que possam através destas terem uma visão mais ampla para as tomadas de decisão.

A necessidade partiu em decorrência de investimentos em subsidiárias feita do Brasil ao exterior, um processo também conhecido como Joint-Ventures que permite as relações comerciais na busca de novos mercados consolidados dos blocos econômicos. A cada ano que passa o Brasil vem mostrando o interesse das empresas em fazerem aplicações nas bolsas de valores no estrangeiro, pois a procura por este tipo de captação de empréstimo é maior por ser considerado mais viável do que captar empréstimo em próprio âmbito nacional. Enquanto partida tem os investidores estrangeiros que precisam acompanhar seus investimentos e analisa-los tomando decisões que são possíveis através de informações geradas pelas demonstrações contábeis que continuam sendo principais fontes de informações para as tomadas de decisões.

As demonstrações contábeis consolidadas são resultados de demonstrações contábeis entre muitas empresas de um mesmo grupo, que tem como objetivo evidenciar suas demonstrações para o entendimento de todos os usuários e gestores de uma empresa. A principal utilidade destas demonstrações é permite aos investidores um acompanhamento mais abrangente e criterioso de seus créditos e investimentos aplicados às empresas.

Com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), espera-se que as demonstrações contábeis sejam mais transparentes e confiáveis aos usuários de outras sociedades que tem participações de investimentos em empresas diferentes.

A conversão da moeda pelo custo histórico do valor são as inflações de

origem de todos os países, que podem mudar as contas do patrimônio líquido e de resultado.

Entretanto a comissão de valores mobiliários do Brasil (CVM) reconhece que existem algumas divergências entre as normas Brasileiras e as Internacionais, dificultando assim uma análise nos demonstrativos contábeis, daí a necessidade da conversão das demonstrações contábeis para os investidores do exterior poder acompanhar seus investimentos feitos em âmbito nacional com a moeda do seu país de origem.

Este estudo se baseia nesta diretriz de âmbito empresarial focado nas consolidações das demonstrações contábeis e as conversões de demonstrações financeiras. Tendo como foco principal o estudo de caso da GERDAU S.A. uma companhia de capital aberto, com mais de cento e oito anos de existência, sendo líder no mercado com a produção de aços longos comuns e especiais, atendendo os setores da construção civil, da indústria e da agropecuária, tem contribuído com o desenvolvimento econômico e social em todos os países onde opera seus negócios.

1.1 Objetivo Geral

Evidenciar a importância das uniformidades entre as informações nas consolidações das demonstrações contábeis e os aspectos econômicos de suas conversões financeiras, mostrando assim quais companhias estão obrigadas por lei a fazerem estas demonstrações contábeis em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Quais os benefícios e as dificuldades encontradas para a geração destas informações para que possam ser confiáveis e homogêneas aos olhos de quem analisa o patrimônio de uma entidade.

Para que todos de forma geralmente ligados à contabilidade possam acompanhar os novos rumos que a contabilidade apontar para as tomadas de decisões no cenário econômico fluenciado pela moeda corrente seu do país de origem.

1.2 Objetivos Específicos

- Especificar de forma clara e objetiva as consolidações das demonstrações contábeis e a necessidade das conversões financeiras entre os países estrangeiros e nacionais.
- Relatar as empresas que fazem estas demonstrações contábeis
- Evidenciar como funciona o método de correção monetária
- As normas internacionais de contabilidade (IRFS) com adequações das empresas de âmbito nacional.

1.3 Problemática

As empresas Brasileiras que convertem suas demonstrações contábeis enfrentam muitos problemas em épocas de oscilação da moeda e da economia estrangeira, dificultando assim a apresentação da uniformidade entre as duas moedas nos fechamentos dos exercícios. Mais muitas vezes estas oscilações são momentâneas e sendo possíveis o calculo da conversão da moeda para as apresentações financeiras em seus métodos históricos.

O questionamento da conversão contábil com relação à avaliação dos ativos permanentes e do patrimônio líquido, levantam duvidas com relação à receita oriunda dos mesmos, mais a conversão abre um leque de possibilidades de analisarmos com criteriosidade a correção monetária de todos os itens destas contas patrimoniais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O impacto das normas internacionais de contabilidade

Devido ao cenário atual com as mudanças econômicas no âmbito empresarial, resultou-se então na implantação das normas internacionais de contabilidade o (IFRS), pois as necessidades das transparências e confiabilidades das demonstrações contábeis passaram a existir principalmente por terem varias praticas e técnicas e muitos órgãos que as regulamentam aglomerado assim muitas informações que são conflitantes com outras praticas usados entre outros países, porque as normas brasileiras de contabilidades são estabelecidas por autoridades que fazem valer os cumprimentos e leis existentes.

Em 2005 todas as empresas que participavam nas bolsas de valores de seus países passaram a ter que divulgar seus demonstrativos financeiros em conformidade com as normas internacionais, em 2008 esperava-se que mais de cem empresas fossem aderir ao IFRS.

Assim a lei 11638/2007, confirma que a contabilidade já não e mais vista apenas como um instrumento decisório mais sim de informações que poderão ser vistas internacionalmente. E que por este motivo decretaram-se as práticas contábeis brasileiras as normas internacionais, dando a todos os usuários a visão dos demonstrativos com ampla padronização em linguagem especifica e de fácil compreensão a todos os interessados. A responsabilidade passou a ser do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), de emitir os pronunciamentos ate o final de 2010, onde as normas contábeis do Brasil estarão em conformidade com as normas internacionais.

Seguindo esses processos a Comissão de Valores mobiliários do Brasil a (CVM), passa a exigir que as empresas que possuam investimentos na mesma, passam a fazer suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normais internacionais e as empresas de capital aberto de sociedades anônimas passam também a demonstrar suas informações ao longo do ano de 2010 convergentes ao ano de 2009.

Podemos observar no mapa abaixo, a utilização dos padrões internacionais de contabilidade, adotado por vários países entre eles o Brasil.

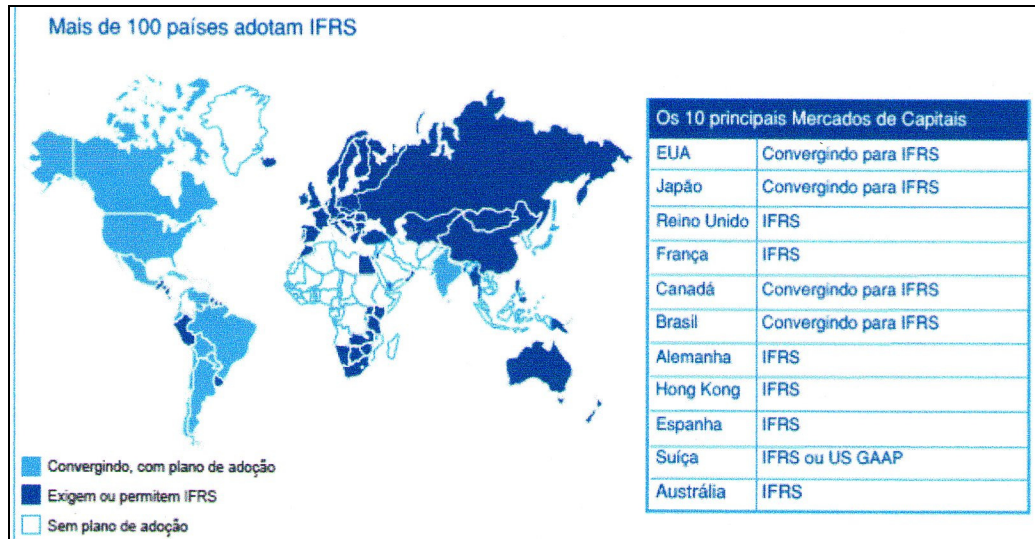


Figura 1: Mapa dos Países que Adotaram o IFRS

Fonte: PRICEWALTERHOUSCOOPERSBRASIL

2.2 Conversão das demonstrações contábeis

Segundo PEREZ (2005), os objetivos da conversão de demonstrações contábeis são para obter as demonstrações contábeis em moeda forte, não sujeita aos efeitos da inflação. Permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país. Possibilitar a aplicação do método da equivalência patrimonial sobre os investimentos efetuados em diversos países. E Possibilitar a consolidação e combinação de demonstrações contábeis de empresas situadas em diversos países.

As demonstrações contábeis são de grandes importâncias para o entendimento e uma visão mais ampla da parte econômica do patrimônio de uma entidade, permitido assim informações contábeis fundamentais para todos os interessados pela situação da empresa e que nela também buscam investir.

2.2.1 Os métodos de conversão

Independente do método de conversão utilizado por uma organização brasileira, haverá a obrigatoriedade das informações contábeis estarem de acordo com os princípios e práticas contábeis aceitos pelos Estados Unidos, existe uma diferença entre conversão de demonstração contábil e contabilidade em moeda estrangeira.

Segundo PEREZ (2005), no caso de demonstrações contábeis, a empresa mantém sua contabilidade em moeda nacional de acordo com os princípios contábeis Brasileiros e somente no final do exercício, após o encerramento das demonstrações contábeis em moeda nacional, aplica os procedimentos de conversão. No caso de contabilidade em moeda Estrangeira, as operações são convertidas para a moeda estrangeira à medida que ocorrem e registradas em sistema contábil próprio, apurando ao término do exercício as demonstrações contábeis em moeda estrangeira, não havendo a necessidade de nenhuma conversão.

O método utilizado em uma conversão por uma entidade, esta relacionada ao princípio do custo histórico, pois o mesmo permitirá a efetuação da correção monetária.

Como afirma Ludícibus (2000 a), os gerentes econômicos e os usuários externos e internos da informação contábil que utilizam relatórios contábeis em suas tomadas de decisões maior desejam maior relevância na reprodução da realidade empresarial através das informações contábeis. Essa realidade se exterioriza, a par de outras manifestações e eventos, por meio de continuas flutuações de preços de bens e serviços, em função de causas puramente monetárias, por outro lado, de fatores estruturais, tais como mudanças nas preferências dos consumidores, na tecnologia, nas escalas de oferta e procura dos bens e serviços, em economia de concorrência imperfeita. (SCHMIDT; SANTOS; FERNANDES, 2005, p.11).

Existem três tipos de métodos de conversão, estes métodos para serem aplicados por em entidade vai depender dos objetivos que a empresa tem economicamente e como estes objetivos estão submissos aos negócios da empresa.

- **Câmbio de fechamento**

É um método no qual o ativo, o passivo, o patrimônio líquido e as receitas e despesas são convertidos por uma taxa de conversão, os ganhos ou perdas decorrentes destas variações são apropriados em uma conta específica do patrimônio líquido conhecida como, ajustes Acumulativos de tradução, ou seja, como veremos mais a frente deste trabalho, foi relatado um estudo de caso do relatório anual do ano de 2008 da empresa Gerdau S.A. onde a mesma divulga esta conta em seu balanço patrimonial como sendo Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.

- **Itens Monetários**

São as contas que sofrem as taxas de variações de câmbio estão relacionados aos itens do ativo e passivo circulante, ou seja, que significam moeda corrente que podem gerar ganhos ou perdas dependendo das variações cambiais que ocorrerem nas transações econômicas de uma organização. Poderemos entender que estas contas são caixas, bancos, duplicatas a receber, e fornecedores.

Existe porém em que alguns casos que esses itens monetários serão influenciados pela taxa de câmbio gerando uma receita ou uma despesa, como por exemplo, uma empresa que faz obtenção de empréstimos em moeda estrangeira, ou cria uma relação de clientes a receber ou de títulos a pagar que serão exigidos na mesma moeda. Esta é uma variação de câmbio cujo pode resultar esta despesa ou receita dependendo da transação efetuada.

- **Itens Não Monetários**

Ao contrário dos itens monetários são as contas que não sofrem com as variações cambiais, ou seja, são os itens que possuem uma proteção contra a

inflação por serem considerados itens que não são exigidos em moeda. Seriam as contas de direitos ou obrigações que serão exigidas em forma de bens ou serviços, como no permanente. Como por exemplo, as contas estoques, adiantamento a fornecedores, adiantamento a clientes etc.

Por tal motivo esses itens não monetários não geram ganhos ou perdas de conversão ou variação cambial, pois os mesmos são convertidos pelas pela taxa histórica.

- **Temporal**

Este método pode ser usado independente da economia presente de cada país, pois por ele e feita uma combinação dos outros métodos como o cambio de fechamento e o monetário e não monetário.

2.2.2 Taxas de conversão

São Necessárias para que se possa converter um saldo contábil, e uma operação onde as moedas são diferentes, ou seja, a moeda estrangeira e diferente da moeda funcional, daí surge à aplicação de uma taxa de cambio.

- Taxa Histórica: São as taxa de câmbio que seria utilizada na ocorrência de um fato na época da sua ocorrência, mesmo em moeda estrangeira.
- Taxa Corrente: Difere da taxa histórica, pois ela e determinada pela taxa de câmbio vigente do dia em que uma operação foi realizada ou em que um exercício social esteja sendo encerrado.
- Taxa de Fechamento: é a taxa de câmbio utilizada no encerramento das demonstrações contábeis.

- Taxa Média: é utilizada quando as empresas querem fazer um levantamento da taxa de Câmbio pela que melhor represente as evoluções das taxas cambias em um determinado período, normalmente um mês.
- Taxa Projetada ou Prevista: estas taxas são utilizadas pelas as empresas para a conversão de itens com valores fixos em moeda nacional e vencimento futuro. Ou seja, estes itens fixos podem sofrer variação cambial em economia hiperinflacionárias sendo calculadas no futuro em que elas ocorrerem.
- Valor da Taxa de Cambio: é a taxa de venda de cambio utilizada pelo governo dos nossos países de origem.

Segundo PEREZ (2002), Entretanto, quanto há grande diferença entre a taxa de câmbio comercial, e a taxa de câmbio do mercado paralelo, evidenciando manipulação da taxa de câmbio oficial, é comum a utilização de uma taxa de câmbio praticada no exterior e informada pela matriz.

2.3 As demonstrações financeiras conforme as normas internacionais de contabilidade

A Gerdau S.A. tem uma formação sólida no mercado siderúrgico, pois é líder de um grande potencial na produção de aços longos nas Américas, possui hoje mais de 140 mil acionistas e mais de 46 mil trabalhadores, esta liderando este mercado siderúrgico a mais de um século, com a produção de aços longos comuns e especiais, e aços planos para a construção civil, Indústria, agropecuária e automobilística.

Segundo a Gerdau S.A. devido às mudanças nas normas contábeis, passou a divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão internacional de contabilidade estabelecido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) Sendo também divulgada pelo pronunciamento emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº. 457, de 13 de junho de 2007, lembrando que estas normas são aplicáveis somente a companhias de capital aberto. E ressalta mesmo que estas

demonstrações financeiras sejam exigidas por lei as empresas brasileiras a partir do final do exercício de 2010. A Gerdau vê sua imagem de forma comprometedoras com aqueles que precisam das transparências e a confiabilidade das informações apresentadas em conformidade com os padrões internacionais.

2.3.1 A conversão de saldos em moeda estrangeira da Gerdau S.A.

- **Moeda funcional e de apresentação**

Conforme (PEREZ) 2002, segundo definição da FASB, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do sistema econômico principal em que a entidade opera. A moeda funcional pode ser o dólar ou uma moeda estrangeira (nossa moeda nacional, por exemplo).

Ainda conforme (PERES) 2002, a determinação da moeda funcional dependerá da economia dos países em que a subsidiária esta instalada, do volume de operações com a matriz e também do volume de operações com entidades de outros países.

Conforme o relatório anual do ano de 2008 divulgado pela Gerdau S.A., segue abaixo a nota explicativa onde a empresa declara a respeito do uso da moeda funcional em todos os pais onde ela opera.

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A. RELATORIO ANUAL GERDAU (2008).

- **Transações e saldos**

Segundo PEREZ (2002), moeda estrangeira e diferente da moeda local e da funcional. Por exemplo: uma entidade brasileira obtém empréstimo de um banco inglês e tem a Libra como a moeda da operação. Neste caso, a Libra será a moeda estrangeira.

Segue abaixo a nota explicativa feita no relatório anual do ano de 2008 da Gerdau S.A. em relação às transações feitas em moeda estrangeira.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. RELATORIO ANUAL GERDAU (2008).

- **Empresas do grupo**

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e.
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". RELATORIO ANUAL GERDAU (2008)

2.3.2 Interpretações de normas adotadas pela Gerdau

As normas internacionais de contabilidade são emitidas pelo International Accounting Standards Board (ISAB) e tem interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), que são avaliadas segundo suas

divulgações como sendo algumas obrigatórias e outras não. A Gerdau avalia estes impactos destas normas e interpretações em sua companhia.

2.20 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01/01/2008. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes e/ou adotadas antecipadamente

- IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*)
- IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (*Financial Instruments: Disclosures*)
- IFRIC 12 - Concessão de serviços públicos (*Service concession arrangements*)
- IFRIC 14 - IAS 19 - Limite sobre ativos decorrentes de planos de benefício definidos, requerimentos mínimos de capitalização e sua correlação (*The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction*)
- IFRIC 16 - *Hedge* de um Investimento líquido em uma operação no exterior (*Hedges of a Net Investment in a Foreign Operation*)

Normas e Interpretações de normas ainda não vigentes

- IAS 23 - Custos de empréstimo (*Borrowing costs*)
 - IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em Subsidiárias (*Consolidated and Separate Financial Statements*)
 - IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*)
 - IFRS 8 - Segmentos operacionais (*Operating segments*)
 - IFRS 2 - Pagamento baseado em ações (*Share-based Payment*)
 - IFRS 3 - Combinação de negócios (*Business combinations*)
 - IFRS 5, IFRS 7, IAS 1, IAS 8, IAS 10, IAS 16, IAS 18, IAS 19, IAS 20, IAS 23, IAS 27, IAS 28, IAS 29, IAS 34, IAS 36, IAS 38, IAS 40 e IAS 41
 - IFRIC 13- Programas de fidelização de clientes (*Customer loyalty programmes*)
 - IFRIC 15 - Acordos para a construção de bens imóveis (*Agreements for the construction of real state*)
 - IFRIC 17 - Distribuição de ativos não caixa para os controladores (*Distributions of non-cash assets to owners*)
 - IFRIC 18 - Transferência de ativos de clientes (*Transfers of assets from customers*)
- RELATORIO ANUAL GERDAU (2008).**

2.3.3 Normas e interpretações de normas vigentes e adotadas pela Gerdau

- **IAS 39 – Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração**

Reconhece seus investimentos líquidos no exterior. Pois esta norma trata-se princípios para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros, como também de contratos de compras e vendas financeiros. Porém a companhia declara que esta norma não impactou em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Tem o objetivo de exigir que as entidades façam suas divulgação das informações financeiras, que permitem seus usuários avaliarem o desempenho e os riscos que possam existir durante o período que elas ocorrerem e a natureza destes riscos em uma operação de investimento.

- **IFRIC 12 – Concessão de Serviços Públicos**

Estabelece uma interpretação de princípios de custo entre serviço público e operadores privado, como e feito à contabilização por uma companhia, a preocupação com o tratamento ao operador com relação à infra-estrutura, o reconhecimento dos valores dos mesmos, serviços realizados na infra-estrutura como ativo imobilizado que podem caracterizar serviço de melhoramento como reformas ou de construção civil, serviços gerais operacionais e seus custos de financiamentos, a contabilização do que e um ativo financeiro e o que e um ativo intangível, são itens fornecidos pelo o operador ao tomador de serviços, estas

interpretações são anuais e a Gerdau declara que não houve mudanças aderindo estas interpretações em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IFRIC 14 - IAS 19 - Limite sobre ativos decorrentes de planos de benefício definidos, requerimentos mínimos de capitalização e sua correlação.**

A Gerdau divulgou que por ser uma interpretação que vem tratar da mensuração de ativos planos, que é o produto da companhia a produção de aços planos, ou seja, por ser um de seus ativos a empresa aderiu a esta interpretação para seus exercícios anuais, apesar de relatar que não alterou nos resultados de suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IFRIC 16 - *Hedge* de um Investimento líquido em uma operação no exterior**

Esta interpretação possibilitou a Gerdau S. Aa fazer investimento através de designer hedge que permitiu a contabilização em uma operação feita no exterior e de como este investimento foi refletido em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

Conforme descrito na nota 2.20, baseado na Interpretação 16 do IFRIC, emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39, a Companhia em 30/09/2008 optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de *Ten Years Bonds* descritas na Nota 14.c no valor de US\$ 1,5 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição da Chaparral Steel Company e Gerdau MacSteel Inc..Com base na norma e na interpretação citada acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente em conta de Patrimônio Líquido a partir de 01/10/2008. O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este

objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. A Companhia efetuou o teste de efetividade retrospectiva e prospectiva em 31/12/2008, em conformidade com a norma IAS 39, e demonstrou a alta efetividade do *hedge* de investimento líquido. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu em conta específica do Patrimônio Líquido em 31/12/2008, uma perda não realizada no montante de R\$ 634.050. (RELATORIO ANUAL GERDAU 2008)

2.3.4 Normas e interpretações de normas ainda não vigentes e adotadas pela Gerdau

- **IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos**

Trata da contabilização dos custos advindo de empréstimos obtidos, e que inclui no ativo esses custos que são atribuíveis a aquisição ou na produção de um ativo a companhia acredita que esta norma também não implicará nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas**

Esta norma em sua elaboração deve-se apresentar as demonstrações financeiras consolidadas de um grupo de entidades sobre o controle de uma empresa mãe. No relatório da Gerdau a empresa divulga que esta estudando os efeitos desta norma em seus demonstrativos financeiros.

- **IFRS 8 - Segmentos Operacionais**

E uma norma sobre os segmentos operacionais, tem como principal objetivo fazer suas demonstrações financeiras aos usuários de suas informações permitindo aos mesmos avaliarem os efeitos nos negócios em que estão operando avaliando

geograficamente, por tipo de serviços, público alvo, clientes e custos inseridos no processo de uma negociação. A Gerdau acredita que esta norma não influenciara suas demonstrações financeiras, já que este pronunciamento permitirá apenas um detalhamento dos processos já aderidos pela empresa em sua elaboração para a demonstração destes resultados esperados pelo o IFRS oito.

- **IFRS 2 - Pagamento com Base em Ações**

Esta norma tem como objetivo relatar por parte da entidade quando que a mesma esta fazendo operações de pagamentos com base nas ações, ela exige que esta entidade tenha cautela para que reflitam em seus lucros ou prejuízos e em sua posição financeira, devido ao tipo desta transação utilizada em seus negócios operacionais. Este pronunciamento exige que uma entidade reconheça as transações quando feitas por estes pagamentos com bases em ações, incluindo assim os pagamentos aos empregados ou outros itens que deveriam ser pagos em dinheiro. A Gerdau S.A. diz que esta sendo analisado pela a companhia os efeitos da alteração desta norma em seus negócios.

- **IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais**

Este IFRS tem como objetivo mostrar a situação financeira de uma entidade, quando a mesma tem uma concentração de atividades empresariais. A Gerdau S.A.esta estudando os efeitos desta norma em sua companhia de capital aberto já que possui mais de cinco empresas de capital aberto como divulgado em seu relatório anual de 2008, as empresas são a Metalúrgica Gerdau S.A., a Gerdau S.A. e a Aços Villares S.A., no Brasil, a Gerdau Ameristeel Corporation, subsidiária na América do Norte, e a Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A. Siderperú, no Peru. Ou seja, e uma combinação de negócios.

- **O IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.**

O objetivo desta norma é especificar os ativos não correntes detidos para a venda e unidades operacionais descontinuadas. Ou seja, para que um ativo seja classificado como não corrente a entidade deve-se mensurá-lo de acordo com a relação à venda e sua quantia deve ser escriturada para quando for passar por uma transação de venda o valor deste seja recuperado, ao invés de ser recuperado por uso.

- **IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Refere-se à apresentação das demonstrações financeiras, que tem como objetivo comparar as demonstrações financeiras de outros períodos da entidade e o interesse com as demonstrações financeiras de outras entidades. A Gerdau publicou em seu relatório anual, que a revisão desta norma trata-se da divulgação dos dividendos e da apresentação dos resultados financeiros.

- **IAS 8 - Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros.**

São políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros, para uma melhor relevância e confiabilidade das demonstrações financeiras de todas as entidades.

- **IAS 10 - Acontecimentos após a Data do Balanço**

Esta norma tem como objetivo de informar quando uma entidade deve efetuar ajustamento em suas demonstrações financeiras, quando ocorrer acontecimentos após a data do balanço, estes acontecimentos podem ser favoráveis ou não, podem ser ajustados ou não, no caso de fazer ajustamento vai depender se a entidade tem provas de condição que já existiam na data do balanço, e não poderão ser ajustados os acontecimentos que surgiram então após a data do balanço.

- **IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis**

Esta norma tem como objetivo de informar quando uma entidade deve efetuar ajustamento em suas demonstrações financeiras, quando ocorrer acontecimentos após a data do balanço, estes acontecimentos podem ser favoráveis ou não, podem ser ajustados ou não, no caso de fazer ajustamento vai depender se a entidade tem provas de condição que já existiam na data do balanço, e não poderão ser ajustados os acontecimentos que surgiram então após a data do balanço.

- **IAS 18 - Rédito**

O rédito será reconhecido quando for caracterizados benefícios econômicos futuros que acrescentará para a entidade e a mesma poderá com confiabilidade dele usufruir e reconhece-lo, tendo orientação de como usar desta pratica em suas transações de vendas de bens, prestações de serviços e o uso por mais ativos que podem produzir juros como royalties e dividendos, para cada uma destas operações acontecerá uma contabilização do redito diferente.

- **IAS 19 - Benefícios dos Empregados**

Esta norma trata de todas as formas de remuneração aos empregados feitas pelas entidades devido ao contrato de serviço que a mesma tem com seus funcionários, ou seja, pelos serviços prestados dos mesmos a empresa. A entidade tem que reconhecer os passivos gerados por estes serviços prestados para um pagamento futuro o mesmo acontecerá em relação ao custo após consumir o benefício econômico, tem que reconhecer o custo no período em que o mesmo ocorrer.

- **IAS 20 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo**

Nesta Norma são usados os termos seguintes com os significados especificados:

Governo refere-se ao governo, agências do governo e organismos semelhantes sejam eles locais, nacionais ou internacionais.

Apoio do governo é a acção concebida pelo Governo para proporcionar benefícios económicos específicos a uma empresa ou a uma categoria de empresas que a eles se propõem segundo certos critérios. O apoio do governo, para os fins desta Norma, não inclui os benefícios única e indirectamente proporcionados através de acções que afectem as condições comerciais gerais, tais como o fornecimento de infra-estruturas em áreas de desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.

Subsídios do governo são auxílios do governo na forma de transferência de recursos para uma empresa em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as actividades operacionais da empresa. Excluem as formas de apoio do governo às quais não possa razoavelmente ser-lhes dado um valor e transacções com o governo que não possam distinguir das transacções comerciais normais da empresa (1).

Subsídios relacionados com activos são subsídios do governo cuja condição primordial é a de que a empresa que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir activos a longo prazo. Podem também estar ligadas condições subsidiárias restringindo o tipo ou a localização dos activos ou dos períodos durante os quais devem ser adquiridos ou detidos. Subsídios relacionados com rendimentos são subsídios do governo que não sejam os que estão relacionados com activos.

Empréstimos perdoáveis são empréstimos em que o prestador se compromete a renunciar ao seu reembolso sob certas condições prescritas.

Justo valor é a quantia pela qual um activo pode ser trocado entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas. (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA 2003)

- **IAS 28 - Investimentos em Associadas**

Esta norma refere-se a investimentos feitos em associadas, porém não se aplica estes investimentos quando os mesmos for detidos por organização de capital de risco ou fundos mútuos, incluindo também entidades ligadas em fundos de seguro feitos com investimentos, ou seja, neste caso da-se ao tratamento da norma IAS 39 onde se caracteriza o reconhecimento e a mensuração pelo valor justo reconhecido nos lucros ou prejuízos no período em que houve a transação.

A entidade passa a ter uma influencia positiva de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais da investida, porém não detem de controle conjunto para operar estas sobre estas políticas.

- **IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias**

As entidades devem aplicar esta norma em suas demonstrações financeiras inclusive nas consolidadas, cuja moeda funcional seja de uma economia Hiperinflacionárias, ou seja, não existe uma taxa absoluta, as entidades têm que ajuizarem de quando será necessário efetuar esta aplicação em seus negócios financeiros.

- **IAS 34 – Relatórios Financeiros Intermediários**

Esta norma define o conteúdo mínimo que deve ser apresentado nos relatórios financeiros de uma entidade como a sua divulgação dos relatórios em tempos intercalares, para todos os usuários da contabilidade possa ter informações necessárias da parte econômica dos negócios de uma empresa. Estes relatórios são compreendidos como o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado, a Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado como também as alterações do capital próprio e as notas explicativas selecionando os acontecimentos contábeis que ocorreram em suas demonstrações financeiras. A Gerdau S.A. faz as publicações dos relatórios anuais aonde publica

todas as demonstrações financeiras consolidadas, e esta estudando os efeitos da alteração desta norma em sua companhia.

- **IAS 36 - Imparidade de Ativos**

Esta norma tem como objetivo prescrever os procedimentos para que uma entidade possa escriturar seus ativos por mais do que sua quantia recuperável, ou seja, como o caso da Gerdau S.A. demonstra em seu balanço patrimonial na conta estoque em 2008 e 2007 respectivamente os valores de R\$10.398.263, R\$ 6.056.661. No momento de mensurar o valor recuperável utiliza-se o valor original justo menos os custos de venda e o seu valor de uso. Se o valor recuperável ultrapassar o valor escriturado então é feito um processo de este ativo e informado como uma imparidade e a norma exige a entidade faça o reconhecimento de perda por esta imparidade ocorrida neste fato.

- **IAS 38 - Ativos Intangíveis**

A norma trata-se de ativo intangível como não monetário e sem característica física, uma entidade deve reconhecer este ativo apenas se o mesmo for satisfatório e mensurar a quantia do mesmo como também a de divulgar em suas demonstrações financeiras.

- **IAS 40 - Propriedades de Investimento**

Estas propriedades de investimentos seriam os terrenos ou um edifício ou parte de ambos detida ao proprietário ou responsável pelo imóvel em uma locação financeira. Com a finalidade de obter renda ou para valorização do capital para

ambas. Não sendo permitido o uso para produção ou comercialização de bens e serviços como também a venda destes terrenos e edifícios.

- **IAS 41 - Agricultura**

Esta norma da o tratamento a atividade agrícola por ser uma atividade biológica e possuir ativos biológicos para venda em produto agrícola, estes ativos biológicos podem ser animais ou plantas, produto agrícola seria o produto colhido referentes aos ativos biológicos da entidade. Ou seja, um produtor rural que planta café, este produto e considerado como uma cultura permanente, pois e possível fazer mais que uma colheita, ou seja, pode ser depreciado em ate oito anos, uma plantação de milho já e considerada uma cultura temporária, só tem plantação em uma determinada época, este produto e considerado como um ativo circulante, a depreciação passa a incidir sobre a agricultura a partir da primeira sagra, ou seja, a partir da primeira colheita.

Conforme relatado pela Gerdau, a empresa dispõe de uma variedade de produtos para os setores de da construção civil, Indústria e agropecuária.

A companhia esta estudo os efeitos desta norma em sua entidade.

IFRS 5, IFRS 7, IAS 1, IAS 8, IAS 10, IAS 16, IAS 18, IAS 19, IAS 20, IAS 23, IAS 27, IAS 28, IAS 29, IAS 34, IAS 36, IAS 38, IAS 40 e IAS 41. Em maio de 2008, o IASB emitiu uma revisão de várias normas IAS e IFRS. A alteração é efetiva a partir de 01/07/2009 para a IFRS 5 e a partir de 01/01/2009 para as demais alterações. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das alterações destas normas. RELATORIO ANUAL GERDAU (2008).

- **IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes**

Tem como objetivo relacionar tratar de programas de fidelidade ao cliente para manter os interesses dos mesmos pela compra e serviços prestados por uma entidade. A Gerdau relata que não terá problemas em sua administração com a emissão desta interpretação.

- **IFRIC 15 - Acordos para a construção de bens imóveis**

O IFRIC emitiu esta interpretação para que as entidades que realizam suas receitas de vendas por meio do imóvel imobiliário por construtoras antes da conclusão do imóvel, podem afirmar contratos com um ou mais compradores antes de ser terminado a construção. A Gerdau relata que esta interpretação não alterará em suas demonstrações contábeis.

- **IFRIC 17 - Distribuição de ativos não caixa para os controladores**

Esta interpretação trata-se da distribuição de ativos não relacionados ao caixa, que são das empresas controladoras.

- **IFRIC 18 - Transferência de ativos de clientes**

Esta interpretação trata os ativos de clientes recebidos que são transferidos para a empresa. A Gerdau diz que esta interpretação não emplacará mudanças em suas demonstrações financeiras consolidadas.

TABELA 1
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA GERDAU EM 2008

ATIVO CIRCULANTE	Nota	2008	2007	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2008	2007
Caixa e equivalencia de caixa	4	2.026.609	2.026.096	Fornecedores		2.855.419	2.586.634
Aplicações financeiras				Empréstimos e financiamentos	14	3.788.085	2.500.985
Títulos para negociação	5	2.759.486	2.836.903	Debêntures	15	145.034	38.125
Títulos disponíveis para venda	5	627.151	276.374				
Contas a receber de clientes	6	3.683.933	3.172.316	Imposto e contribuições sociais a recolher	17	517.272	462.311
Estoques	7	10.398.263	6.056.661	Salários a pagar		551.941	518.098
Créditos Tributarios	8	857.923	598.317	Dividendos a pagar		7.820	392
Pagamentos antecipados		89.262	108.690	Perdas não realizadas com derivativos	18	69.435	1.964
Ganhos não realizados com derivativos	16	10.035	14	Outras contas a pagar		540.431	478.639
Outras contas a receber		322.878	237.602			8.475.437	6.587.148
		20.775.540	15.312.973	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos			
Aplicações financeiras	5	77.563		Debêntures	14	18.595.002	12.461.128
Créditos Tributarios	8	521.441	501.595	Impostos de renda/Contribuição Social diferidos	15	705.715	903.151
Imposto de renda/ contribuição social diferidos	9	1.766.355	1.014.129	Perdas não realizadas com derivativos	9	3.060.268	2.346.140
Ganhos não realizados com derivativos	16	68.145	1.553	Provisão para Contingências	16	314.267	16.106
Pagamentos Antecipados		129.368	110.207	Benefícios a empregados	18	467.076	489.103
Depósitos Judiciais	18	258.620	223.735	Obrigações por compra de ações	20	1.275.985	758.899
Outras Contas a receber		323.415	290.783	Outras Contas a pagar	16	698.321	889.440
Gastos antecipados com plano de pensão	20	271.447	507.017			414.865	379.589
Investim. avaliados por equivalencia patrimonial	11	1.775.073	628.242				
Outros Investimentos	11	21.768	18.623	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.531.499	18.243.556
Ágios	12	11.294.102	6.043.396	Capital social	22		
Intangível	13	1.712.930	1.073.715	Ações em tesouraria		14.184.805	7.810.453
Imobilizado	10	20.054.747	15.827.944	Reserva Legal		-122.820	-106.667
		38.274.974	26.240.939	Outras Reservas		144.062	278.713
				Lucros acumulados		-1.028.355	90.326
				Ajustes cumulativos de conv. para moeda estrangeira		5.110.818	5.756.529
				ATRIBUÍDO A PART. DO CONTROLADOR		1.877.992	-1.049.333
				PART.ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		20.166.502	12.780.021
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.877.076	3.943.187
						25.043.578	16.723.208
TOTAL ATIVO		59.050.514	41.553.912	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.050.514	41.553.912

Fonte: Relatório Anual Gerdau (2008)

Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira - Companhia reconhece nesta conta o efeito acumulado da conversão cambial das Demonstrações Financeiras de suas subsidiárias que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda de reporte. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos após a data de implementação do IFRS. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. **(RELATORIO ANUAL GERDAU 2008).**

TABELA 2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DA GERDAU EM 2008

	Nota	2008	2007
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	41.907.845	30.613.528
Custo das vendas	28	-31.018.946	-23.133,02
LUCRO BRUTO		10.888.899	7.479.626
Despesas com vendas	28	-688.640	-618.938
Despesas gerais e administrativas	28	-2.284.857	-1.884.405
Outras receitas operacionais		205.676	110.721
Outras despesas operacionais		-116.064	-282.679
LUCRO OPERACIONAL		8.005.014	4.804.325
Resultado da equivalência patrimonial		122.808	118.399
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		8.127.822	4.922.724
Receitas financeiras	29	484.046	810.137
Despesas financeiras	29	-1.620.782	-1.202.027
Variação cambial, líquida	29	-1.035.576	723.289
(Perdas) Ganhos com derivativos, líquido	29	-62.396	1.170
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		5.893.114	5.255.293
Provisão para imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	-1.423.660	-872.315
Diferido	9	475.444	-80.012
LUCRO DO EXERCÍCIO		4.944.898	4.302.966
ATRIBUÍDO A:			
Participação do controlador		3.940.505	3.549.881
Participação dos acionistas não-controladores		1.004.393	753.085
		4.944.898	4.302.966
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	23	2,83	2,68
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	23	2,83	2,68
(a) Valores comparativos de 2007 foram alterados pela aplicação da adoção do parágrafo 93A do IAS 19, conforme nota 2.19b.			

Fonte: Relatório Anual Gerdau (2008)

Conforme divulgado pela Gerdau S.A. em sua demonstração do resultado do exercício, ocorreu uma variação cambial líquida negativa no ano de 2008 e um valor positivo no ano de 2007, cujos mesmos são respectivamente de, R\$(1.035.576) e

723.289. Segue abaixo a nota explicativa de numero 29 divulgada no relatório anual de 2008 pela companhia.

Os montantes registrados como “Variação cambial, líquida” incluem principalmente variação cambial de clientes de exportação, fornecedores de importação e dívidas contraídas em moedas estrangeiras. A variação cambial, líquida totaliza uma despesa de R\$ 1.035.576 em 2008 (receita de R\$ 723.289 em 2007). Os ganhos e perdas com derivativos, líquido incluem as receitas e despesas oriundas da flutuação no valor dos derivativos. Em 2008, os ganhos e perdas com derivativos, líquido totalizam uma despesa de R\$ 62.396 (receita de R\$ 1.170 em 2007). (RELATORIO ANUAL GERDAU 2008).

A Gerdau S.A. menciona em suas demonstrações financeiras consolidadas que houve um ajuste no ano de 2007 ocorrendo devido à aplicação da norma internacional de contabilidade IAS 19, pois a mesma refere-se aos benefícios dos empregados e tem como objetivo prescrever e divulgar as maneiras de remuneração feitas aos empregados de uma entidade, o parágrafo 93^a desta norma esta especificado conforme a nota explicativa publicada pela companhia em seu relatório anual do ano de 2008 como segue abaixo.

Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia adotou em 2008 a alternativa prevista no parágrafo 93A do IAS 19, no qual os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e passam a ser registrados na demonstração das receitas e despesas reconhecidas consolidadas, a qual passa a ser apresentada em substituição a demonstração das mutações do Patrimônio Líquido consolidadas. Anteriormente, os ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. (RELATORIO ANUAL GERDAU 2008).

2.4 Vantagens e dificuldades encontradas na contabilidade com o novo cenário internacional – O IFRS na contabilidade

A contabilidade brasileira vem passando por uma serie de mudanças em seu âmbito técnico contábil, há varias transformações nas normas contábeis brasileiras sendo emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (cpc) que tem o compromisso de elaborar os novos pronunciamentos técnicos de acordo com as normas internacionais de contabilidade o ifrs. estamos em processo de aprendizagem e o que dificulta muitas vezes na hora de colocar em pratica todas

estas novas técnicas e interpretações, passaremos por muitos desafios até que possamos superar as mudanças e seus efeitos para uma entidade. Neste estudo de caso da Gerdau S.A. a companhia se pronuncia por várias vezes em seu relatório anual de 2008, o estudo que está sendo avaliado com as novas adequações das normas internacionais que a mesma já aderiu em sua entidade.

As vantagens são muitas para as entidades e para todos os usuários interessados nas transparências e confiabilidade das informações financeiras divulgada pelas empresas. Uma visão clara econômica possibilita muitos aspectos positivos ao patrimônio de uma empresa.

Neste início de 2009, após um ano de vigência da lei 11638/07, o processo de adoção do padrão contábil Internacional (international Financial Reporting Standards – IFRS) pelas companhias abertas brasileiras é considerado satisfatório, apesar das dificuldades enfrentadas. Especialistas da área contábil atribuem percalços a magnitude do processo em andamento: a maior alteração de práticas contábeis dos últimos 30 anos. REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE (2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desenvolvimentos e avanços da contabilidade vêm contribuindo ao longo do tempo com a humanidade, pois às mudanças nas práticas contábeis relatadas neste trabalho mostra a sua importância em âmbito empresarial como foi divulgado neste estudo de caso relatado pela da Gerdau S.A.

A contabilidade internacional possibilitou que um novo cenário econômico, seja possível de ser visto pelos olhos de todos os usuários interessados pela contabilidade de forma globalizada, o perfil dos contadores brasileiros já não é mais o mesmo, pois muitos buscam a adequar-se neste novo cenário, pois estes profissionais estão diretamente ligados às influências destas mudanças. Foi possível diagnosticar neste estudo a abordagem das novas normas e interpretações contábeis e seus efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas pelas empresas de sociedades anônimas, as quais estão obrigadas por lei a fazerem suas publicações dentro das novas internacionais de contabilidade. Também foi possível concluir como e de que forma todas estas alterações contábeis deveriam ser aplicadas em suas demonstrações.

A Gerdau S.A. divulgou em seu relatório anual de 2008, as demonstrações financeiras consolidadas e controladas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e sob a responsabilidade de sua Administração. Sendo essas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu os quais aplicaram exames de auditorias de acordo com as normas do Brasil e constataram que a Gerdau S.A. representou adequadamente todos os aspectos da situação patrimonial e financeira da entidade entre os exercícios de 2007 e 2008.

REFERÊNCIAS

DELOITTE. Touche Tohmatsu. **Normas Internacionais de Contabilidade IFRS**. 1º Ed. São Paulo: Atlas 2006.

PEREZ, Junior José Hernandes. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 6º Ed. São Paulo: Atlas 2005.

PEREZ, Junior José Hernandes. **Contabilidade Avançada**. 5º Ed. São Paulo: Atlas 2007.

SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de Contabilidade Avançada**. 3º Ed. São Paulo: Atlas 2004.

SHMIDT, Paulo; SANTOS, José dos; FERNANDES, Luciane Alves; **Manual de Conversão das Demonstrações Financeiras**. 1º Ed. São Paulo: Atlas 2005.

IFRS. Normas Utilizadas na União Européia. Disponível em:
<<http://www.ifrs.com.br/>> Acesso em: 05/10/2009

CPC. **Comitê Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/mostraAudiencia.php?id_audiencia=39> Acesso: 05/10/2009.

PRICEWALTERHOUSCOOPERSBRASIL. **IFRS Brasil**. Disponível em:
<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/index.jhtml> Acesso em: 05/10/2009.

GIROTTTO. Maristela. **RBC Revista, Brasileira de Contabilidade**, Editada pelo Conselho federal de contabilidade nº. 175, Janeiro 2009.